



A (In)dependência da imprensa brasileira no século XIX: O discurso do Reverbero Constitucional Fluminense¹

Giovanna G. Benedetto Flores
Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP²
Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, SC³

RESUMO

Esse trabalho pretende refletir sobre a imprensa no século XIX, tendo como corpus investigativo e de análise o jornal Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822) editado no Rio de Janeiro. As análises serão dos primeiros exemplares do jornal Reverbero. Pretendemos mostrar nesse periódico como se produziram os discursos sobre o momento político brasileiro e o papel da imprensa na ruptura com Portugal. A partir desse recorte, estaremos utilizando o dispositivo teórico-analítico da Análise do Discurso, tendo como principal referência Pêcheux (1969) e Orlandi (1990)

PALAVRAS-CHAVE: Discurso; ideologia; sentidos

A história da imprensa brasileira está relacionada diretamente com a colonização portuguesa no Brasil, através da política lingüística e da importância dessa política para a constituição dos sujeitos e a produção de sentidos do discurso jornalístico, principalmente a relação entre língua e jornalismo nos processos de significação de uma nacionalidade brasileira. Portanto, essa pesquisa tem por proposta pensar parte da história da imprensa brasileira, não apenas como relato de acontecimentos, com datas e nomes que marcaram momentos importantes do Brasil, mas procurar compreender como o jornalismo contribuiu no processo de significação de transformar o Brasil-colônia em nação e como foi a relação entre Brasil e Portugal no projeto de independência.

Nosso estudo consiste na análise discursiva dos periódicos do século XIX, especialmente 13 jornais editados entre 1821 e 1823, que produzem sentidos para o “ser brasileiro” e que participam dessa definição. Os periódicos selecionados para análise são: *A Idade de Ouro do Brasil*, *Conciliador do Reino Unido*, *Aurora Pernambucana*,

¹ Trabalho apresentado no GP História do Jornalismo no IX Encontro de Grupos/Núcleos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutoranda do Programa de Doutorado em Lingüística da UNICAMP desde 2007.

³ Docente de Comunicação Social – Jornalismo da UNISUL desde 2000. e-mail: gbflores@gmail.com



Diário Constitucional, O Constitucional, Correio do Rio de Janeiro, Reverbero Constitucional Fluminense, O Espelho, Segarrega, Sabatina Familiar dos Amigos do Bem Comum, A Malagueta, O Macaco Brasileiro e O Papagaio. Os periódicos dessa época são importantes para compreender o processo de independência no que concerne a mídia, por trazerem marcadas características desse momento (tempo, espaço) e posições sujeito aí constituídas.

Para esse trabalho, estaremos analisando o jornal *Reverbero Constitucional Fluminense*, que circulou no Rio de Janeiro entre 15 de setembro de 1821 e 08 de outubro de 1822, primeiro semanalmente e em janeiro de 1822 passou a ser quinzenal. No total foram 48 edições ordinárias e três extraordinárias.

A partir disto, proponho refletir sobre o discurso jornalístico e sua articulação tendo como base teórica a *Análise do Discurso* e inscrevendo nossas reflexões no campo da História das Idéias Lingüísticas.

A História das Idéias Lingüísticas é um programa articulado entre a França e o Brasil, cujo objetivo é “tratar a questão da língua, dos instrumentos tecnológicos a ela ligados e de sua relação com a história de um povo que a fala” (GUIMARÃES e ORLANDI, 1996:09). Portanto, ao relacionar a história da língua no Brasil, com a constituição da sociedade, estamos pensando a relação língua, nação e estado e suas especificidades que constituem a nossa nacionalidade.

Para a *Análise do Discurso*⁴, interessa compreender a história dos processos de produção de sentidos, vinculados aos diferentes lugares ocupados por sujeitos na formação social a que pertencem. “Sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo, na articulação da língua com a história, em que entram o imaginário e a ideologia”. (ORLANDI, 2001:99, 100). Portanto, esses sujeitos são interpelados pela relação com a história e com o inconsciente, que é a relação com o dizer do outro. Dito de outra maneira, esse sujeito, da AD, é afetado duplamente, tanto por seu funcionamento psíquico que é o inconsciente, como em seu funcionamento social, pela ideologia. A ideologia interpela os indivíduos em sujeitos, sem que eles se dêem conta de tal interpelação. Segundo Pêcheux (1988), não há sujeito sem ideologia, desse modo, ao dizer algo, o sujeito está se significando, está tomando posição no discurso, está se inscrevendo em redes históricas e sociais de produção de sentidos. Entendemos discurso como efeito de sentidos entre locutores (ORLANDI, 2005:21), ou seja, ao dizer, o

⁴ Doravante AD



sujeito significa a partir das imagens que ele próprio produz sobre o lugar social onde fala em meio aos jogos das relações históricas de forças.

Desse lugar teórico, entendemos que o discurso jornalístico trabalha na construção de sentidos que determinam o que pode ou não ser notícia. E é nessa seleção que as clivagens são produzidas, determinando o que vai (ou não) ser disponibilizado para a interpretação. Vale salientar que essa clivagem já é uma “prévia” interpretação totalmente determinada pelas condições de produção do discurso jornalístico. O jornalismo utiliza alguns critérios para considerar um fato, um acontecimento como notícia: a atualidade, o interesse do público, a veracidade e facilidade de assimilação (MEDINA, 1988:20), e esses critérios são assumidos pelos sujeitos-jornalistas como “verdades tácitas”, podendo ser somente aquelas, naquele momento.

Para Mariani:

“A verdade, então, nada mais é do que uma direção de sentido (ou uma certa interpretação), datado historicamente, que se impõe como literal. E é como discurso dessa verdade, ligado, portanto, a instâncias de poder, produzindo determinados sentidos para os acontecimentos, como um modo de funcionamento específico e com mecanismos enunciativos próprios que o discurso jornalístico constrói sua identidade, leva a crer na literalidade de seus relatos e contribui na disseminação de certas interpretações.”(MARIANI, 1998, p. 82).

Podemos entender discursivamente o acontecimento a partir do que Guimarães (2002) nos ensina:

“A temporalidade se configura por um presente que abre em si uma latência de futuro(...) sem a qual não há acontecimento de linguagem, sem a qual não é significado, pois sem ela (a latência de futuro) nada há aí de projeção, de interpretável. (...) A temporalidade do acontecimento constitui o seu presente e um depois que abre o lugar dos sentidos, e um passado que não é lembrança ou recordação pessoal dos fatos anteriores. O passado é, no acontecimento, rememoração de enunciações, ou seja, se dá como parte de uma nova temporalização, tal como a latência de futuro. É nessa medida que o acontecimento é a diferença na sua própria ordem: o acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de convivibilidade de tempos, sem a qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação. (GUIMARÃES, 2002:12)

No discurso jornalístico, o acontecimento tem um caráter de notoriedade, dentro de um contexto social, histórico e cultural, enquanto que os critérios de noticiabilidade



são conjuntos de valores-notícias⁵ que determinam se um acontecimento, um assunto, pode se tornar uma notícia. Para Bourdieu (1977):

“os jornalistas têm seus óculos particulares através dos quais vêem certas coisas e não outras, e vêem de uma certa maneira as coisas que vêem. Operam uma seleção e uma construção daquilo que é selecionado. O princípio da seleção”. É a busca do sensacional, do espetacular (BOURDIEU, 1997, p.12)

Por outro lado, isso não significa que o jornalista tem interesse de recortar o sentido. Ao contrário, essas determinações “prévias” são assimiladas e assumidas como “obviedades” por todos os sujeitos (re)produtores desse discurso (auto-censura).

Para Mariani:

“enquanto prática social, o discurso jornalístico, funciona em várias dimensões temporais simultaneamente: capta, transforma e divulga acontecimentos, opiniões e idéias da atualidade, ou seja, lê o presente ao mesmo tempo em que organiza um futuro e assim legítima, enquanto passado, a memória, a leitura desses mesmos fatos do presente, no futuro”. (MARIANI, 2003 p.33)

Nesse âmbito, pensamos sobre a imprensa brasileira no século XIX, em particular o jornal *Reverbero Constitucional Fluminense*. Criado em 1821 por Joaquim Gonçalves Ledo e pelo cônego e poeta Januário da Cunha Barbosa, líderes da maçonaria, o *Reverbero* foi considerado o jornal mais radical que circulou na época.

“O *Reverbero Constitucional Fluminense* tinha uma matriz originalmente republicana, mas por conta das circunstâncias aderiu ao projeto de monarquia constitucional que acabou prevalecendo no país. Ainda assim foi, durante a sua curta existência, o periódico mais radical e apaixonado dos que circulavam no Brasil. Numa época que os jornais estavam a serviço das paixões do momento e defendiam suas causas, interesses e as personalidades que os apoiavam com ardor guerreiro, o *Reverbero* desempenhou de forma independente, ao lado de A Malagueta, um papel importante na defesa de sua bandeira: o processo de independência do Brasil, mas sem grandes rupturas com Portugal” (IPANEMA, 2005, p.07).

Esse periódico circulava no Rio de Janeiro, centro das decisões políticas e econômicas da colônia. Desse modo a imprensa produz um efeito de sentido em que todos os brasileiros estão representados nesse jornal, demonstrado a partir do próprio nome que também dá referência de onde é o periódico, produzindo desse modo o efeito de brasilidade, ou seja, é através deste efeito que os sentidos do colonizador tomarão o lugar do sentido de brasileiro.

⁵ Sobre valores-notícias ver Traquina, 2005:77



Segundo Gallo (1996):

“É interessante observar uma das dimensões em que “ser brasileiro “é concretamente determinado histórica e ideologicamente, o que vem confrontar-se com a evidência de um “ser brasileiro” em abstrato. (...) O discurso dominante, ou seja, o DISCURSO ESCRITO, é sempre um discurso institucional, não importa a época em que ele seja produzido: mudam-se as instituições (igreja, corte, academia, etc.), permanece o discurso. (GALLO, 1996, p.102)

Podemos pensar também nos sentidos produzidos pelo nome do jornal. A palavra reverbero, que tem o sentido de luz, calor, reflexo da luz, marca a proposta editorial do periódico, que pretendia mostrar para a colônia “um caminho para a independência”, ou seja, simbolizava através do Reverbero Constitucional uma alternativa política, de emancipação para a colônia brasileira. Esse sentido de luz também está relacionado a primeira Constituição brasileira, como clarear pela Constituição ou ainda exacerbar o valor da Constituição, ou seja, a Constituição que estava sendo discutida pela Assembléia Constituinte do Reino Unido e Algarves deveria “iluminar”, tornar clara as ações da Constituinte e as novas leis.

Segundo Ipanema (2005) o nome do jornal foi estudado pelos redatores, que decidiram usar Constitucional por conta do pensamento de vanguarda da época e Fluminense ao invés de Brasileiro, para informar o local da impressão.

“Comprova-se com os textos reproduzidos, no jornal, nos quais a idéia de Brasil se sobrepõe a regionalismos e no indicador de autoria, na folha de rosto dos dois tomos: “*Escrito por dous brasileiros amigos da nação e da Pátria*”. (IPANEMA, 2005, p.60)

A epígrafe, ou lema do jornal, elemento comum nas edições da época e que normalmente eram em latim ou francês, trazia frases ou versos clássicos. No Reverbero Constitucional a epígrafe “*Redire sit nefas!*”, verso da Ode II do livro 5º de Horácio ao Povo Romano, significa “*voltar atrás é um crime*”. Mas “voltar atrás no que? Pra onde?” Essa epígrafe, traz nela os sentidos que demonstravam a necessidade de buscar a emancipação política da colônia brasileira e não voltar à situação anterior a vinda da família real ao Brasil. Voltar atrás também pode ter o sentido de primitivo, de ancestral, do índio bárbaro, do não-civilizado, memória que corresponde ao período da descoberta em que os europeus consideravam os índios bárbaros e os negros e escravos não-



civilizados. Segundo Romancini e Lago (2007) “a epígrafe emprestada de Orácio explica bem o sentimento das elites brasileiras, que queriam autonomia, não necessariamente a independência. Com o tempo tornar-se-ia claro que não se teria uma sem a outra, daí o apelo das propostas de desligamento de Portugal”.



FIGURA 1– Primeiro recorte
Fonte: Reverbero Constitucional Fluminense,
número 01 de 15 de setembro de 1821

Já na primeira edição do Reverbero, fica evidenciado que os editores falam para um leitor definido, os “habitantes do Rio de Janeiro”, explicando a proposta editorial, como mostra abaixo:

“Habitantes do Rio de Janeiro, para vos especialmente he que escrevemos: para pôr sempre diante de vós o abismo que vos espera, he que tomamos essa arriscada tarefa. Será nosso empenho o mais grato transmittir-vos todas as Luzes Constitucionaes da Europa, a fim de fortificar o vosso amor pela santa Causa da Nação , pela vossa própria Causa...”

Habitantes do Rio de Janeiro, para vós especialmente he que escrevemos: para pôr sempre diante de vós o abismo que vos espera, he que tomamos esta arriscada tarefa. Será nosso empenho o mais grato transmittir-vos todas as Luzes Constitucionaes da Europa, a fim de fortificar o vosso amor pela santa Causa da Nação, pela vossa propria Causa. O poder arbitrario he huma Calamidade das Nações: o Despotismo he o principio opposto ao bem moral e fisico das Monarchias, e Imperios. As Leis nas suas mãos são os instrumentos de suas viangaças, de suas

FIGURA 2 – Segundo recorte
Fonte: Reverbero Constitucional Fluminense,
número 01 de 15 de setembro de 1821

Os editores usam de paráfrase para se dirigir aos leitores: ao nomear os moradores de “habitantes” eles tomam o sentido de um pelo outro, ou seja, há um deslizamento de sentidos de habitantes para povo, que significa “conjunto de indivíduos que falam a mesma língua, tem costumes e hábitos idênticos e afinidades de interesses, uma história e tradições comuns. Os habitantes de uma localidade ou região”.(ORLANDI, 2006:15). Portanto os editores demonstram que estão falando para os habitantes que estão no Rio de Janeiro, centro de decisões políticas da colônia e não para qualquer outro cidadão, ou seja, o Reverbero era para aqueles habitantes que tinham um interesse comum, que não aceitavam a imposição de Portugal e a Constituição que estava sendo elaborada pela Corte Portuguesa.

Nessa primeira edição também fica evidente a relação Nação/Igreja, através de marcas como “*Luzes Constitucionaes da Europa*” e “*santa Causa da Nação*” Podemos perceber que o periódico usava os discursos religioso e político como forma de assujeitamento do leitor, fazendo com que eles entendessem como “divino” o movimento em favor da emancipação política. As “Luzes” podiam tanto representar o próprio nome do jornal como sentido de mudança, memória do Iluminismo que rejeitava o poder do Clero e do Rei.

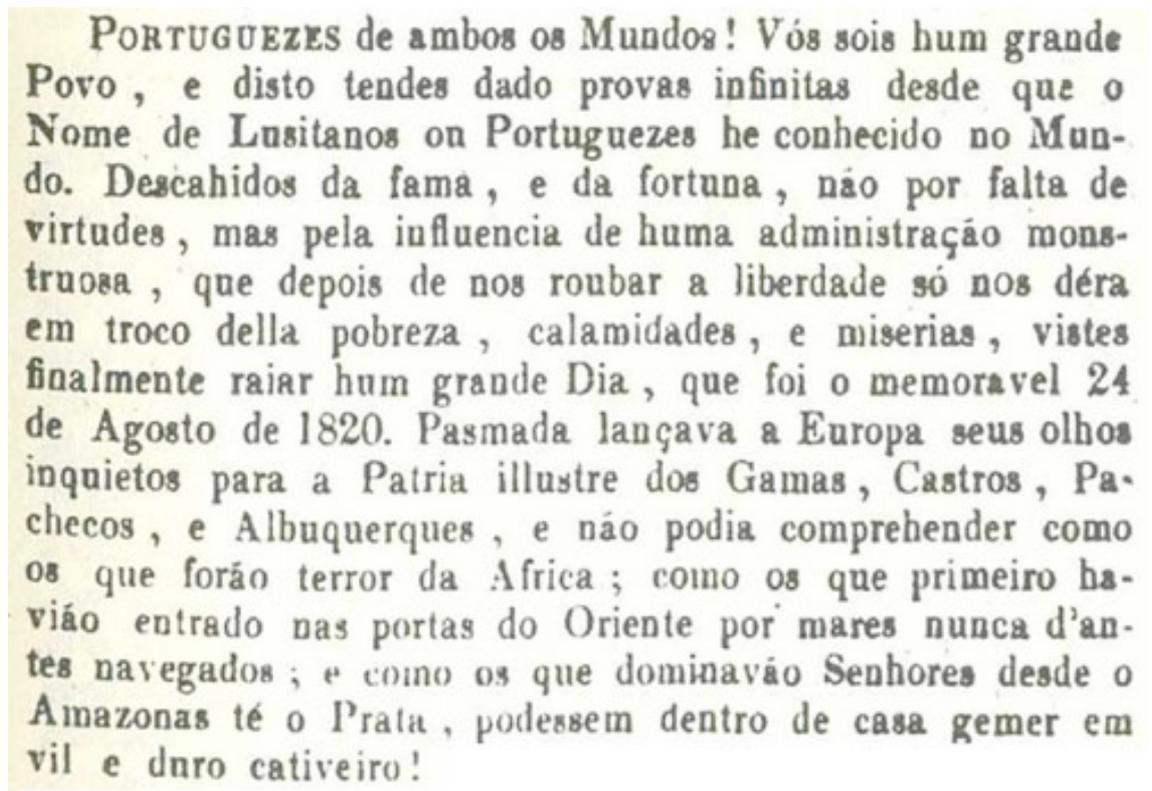
A primeira edição do Reverbero, em 15 de setembro de 1821 traz uma Proclamação da última edição do *Campião Portuguez* jornal que circulava em Lisboa e que também desejava uma Constituição mais liberal. Já na primeira edição, o Reverbero

fala da liberdade e independência, usando o discurso na primeira pessoa, como se falasse em nome do povo, mas mais uma vez trazendo o discurso do colonizador.

“PORTUGUEZES de ambos os Mundos! Vós sois hum grande Povo, e disto tendes dado provas infinitas desde que o Nome dos Lusitanos ou Portuguezes he conhecido no Mundo. Descahidos da fama, e da fortuna, não por falta de virtudes, mas pela influencia de huma administração monstruosa, que depois de nos roubar a liberdade só nos dera em troco della pobreza, calamidades, e misérias, vistes finalmente raias hum grande Dia, que foi o memorável 24 de agosto de 1820...”

Ou então:

“Com esta Proclamação terminou o Campião Portuguez o ultimo numero de seu interessante Jornal, que tanto assustou ao Ministro Villa Nova. Glorioso de haver concorrido para a regeneração da Pátria que elle via já palpar o abismo do nada em que sem remédio hia a precipitar-se; e ovante de haver coadjuvado para sua salvação, e triunfo, elle fez as suas despedidas aos generosos Portuguezes de ambos os Mundos...”



PORTUGUEZES de ambos os Mundos! Vós sois hum grande Povo, e disto tendes dado provas infinitas desde que o Nome de Lusitanos ou Portuguezes he conhecido no Mundo. Descahidos da fama, e da fortuna, não por falta de virtudes, mas pela influencia de huma administração monstruosa, que depois de nos roubar a liberdade só nos dera em troco della pobreza, calamidades, e misérias, vistes finalmente raiar hum grande Dia, que foi o memoravel 24 de Agosto de 1820. Pasmada lançava a Europa seus olhos inquietos para a Patria illustre dos Gamas, Castros, Pachecos, e Albuquerque, e não podia comprehender como os que forão terror da Africa; como os que primeiro havião entrado nas portas do Oriente por mares nunca d'antes navegados; e como os que dominavão Senhores desde o Amazonas té o Prata, podessem dentro de casa gemer em vil e duro cativeiro!

FIGURA 3: Terceiro recorte
Fonte: Reverbero Constitucional Fluminense,
número 01 de 15 de setembro de 1821

Com esta Proclamação terminou o Campião Portuguez o ultimo numero do seu interessante Jornal, que tanto assustou ao Ministro Villa Nova. Glorioso de haver concorrido para a regeneração da Patria que elle via já palpar o abismo do nada em que sem remedio hia a precipitar-se: e ovante de haver coadjuvado para a sua salvação, e triumpho, elle faz as suas despedidas aos generosos Portuguezes de ambos os Mundos, persuadindo-os que não deixem apagar o sagrado fogo da Liberdade, que accendido no Douro, inflammou-se no Tejo, e generalizou-se do Amazonas ao Prata. He com esta mesma Proclamação, que nós começamos os nossos trabalhos, pondo-nos por sentinella a esse fogo celestial, para que se não apague na nossa Patria, e a deixe novamente toldada das horrosas trevas do Despotismo.

FIGURA 4: Quarto recorte
Fonte: Reverbero Constitucional Fluminense,
número 01 de 15 de setembro de 1822

Ao mesmo tempo em que trazia a situação política do Reino de Portugal, o Reverbero tinha o discurso político atravessado pelo discurso do elogio ao Rei D. João VI, com:

“O Nosso saudoso Rey...”, ou então “O Todo Poderoso purificou a mente do Rey, tocou o seu Coração, encheo-o da luz da verdade...” e ainda: *“Mas apenas o Nosso Amado Rey se separa de taes monstros...”*

Nesse discurso, os editores se referem ao Rei de Portugal como uma pessoa “de mente pura” que recebeu uma “graça divina”. Esse discurso é característico do discurso publicitário, através da forma como ele se organiza socialmente e como ele circula na forma de elogio, marcado através da espetacularização e da supervalorização do acontecimento, num jogo de influências marcadas pelas impressões dos jornalistas/editores e da linha política dominante no jornal.

A noticia mais interessante, que de Lisboa nos veio, he a da cordialidade com que o Nosso saudoso Rey jurou no dia 4 de Julho passado as Bases da Constituição Política da Monarquia; accrescentando de proprio motu, depois das fórmulas prescriptas do Juramento = Isto he verdade, e Eu o Juro de todo o meu Coração. Assellou deste modo o Pacto Social entre Elle e a Nação Soberana, e gravou com letras de diamante no Templo da Immortalidade Seu Augusto Nome á par do grande Affouso e do invicto João I. Tambem não he menos interessante a noticia, de que affastou do seu lado aquelles malvados Conselheiros e Validos, de cujo vandalismo, ignorancia, e fanatismo, fomos por longo tempo as victimas. O Todo Poderoso purificou a mente do Rey, tocou o seu Coração, encheo-o da luz da verdade, e vigorou o seu braço para descarregar sobre elles o golpe da indignação e da desgraça. Elles havião sido os agentes, que levarão a Nação á borda dos abismos: elles os causadores das atrocidades, que se commettêrão em nome de hum Rey pacifico: elles dos assassínios juridicos, que se perpetrarão em nome de hum Rey verdadeiramente Religioso: elles das extorsões, que se executarão em nomé de hum Rey Justo: elles, em fim, do cardume de males, que de chôfre cahirão sobre Povos, que benignos os hospedarão. Mas apenas o Nosso Amado Rey se separa de taes monstros, os seus passos começarão a ser marcados pela Sabedoria; apenas segregado do bando impuro daquellas harpias, que infectavão quanto vião ou tocavão;

FIGURA 5: Quinto Recorte
Fonte: Reverbero Constitucional Fluminense,
Número 2 de 01 de Outubro de 1821

Segundo Mariani:

“O discurso jornalístico tanto se comporta como uma prática social produtora de sentidos como também, direta ou indiretamente, veicula as várias vozes constitutivas daquele imaginário (...) o discurso jornalístico integra uma sociedade, sua história. Mas ele também é história, ou melhor, ele está entranhado de historicidade.” (MARIANI, 2003.p.33)

Portanto, podemos considerar que esse jornal é afetado ideologicamente pelo discurso colonizador, embora o discurso do Reverbero seja marcado pela crítica sobre a situação política do momento, construindo um efeito de transparência, isto é, ao se assumir como transparente, o discurso jornalístico busca uma forma de fugir do controle político do Estado, permanecendo opinativo.



Conforme Orlandi:

“Em todo dizer há confronto do simbólico com o político: todo dizer tem uma direção significativa determinada pela articulação material dos signos com as relações de poder. Essas relações se definem por sua inscrição em diferentes formações discursivas que representam diferentes relações com a ideologia, configurando o funcionamento da língua regida pelo imaginário.” (ORLANDI, 2001, p.129)

Como nos ensina Mariani, o controle da Igreja e do Estado força o apagamento do sujeito que está narrando, relatando, escrevendo uma notícia, portanto o “ato de informar por meio dos jornais é previamente controlado, produzindo um efeito de transparência”, em que o sujeito-jornalista trabalha com o imaginário de um discurso isento, neutro e imparcial. Nesse discurso ele também produz formas de identificação do leitor com a reportagem, com o assunto, fazendo “como se” houvesse um acordo prévio com o leitor em relação aos sentidos produzidos nas reportagens.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre – **Sobre a Televisão – seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos**. Jorge Zahar Editor, 1997.

GALLO, Solange Maria Leda, - **O Ensino da Língua “Materna” no Brasil do Século XIX: A Mãe Outra**, in Língua e Cidadania: O português no Brasil, Campinas (SP), Pontes, 1996

GUIMARÃES, Eduardo – **Semântica do Acontecimento**. Campinas (Sp), Pontes, 2002.

GUIMARÃES, Eduardo & ORLANDI, Eni – **Identidade Lingüística**, in Língua e Cidadania . Campinas (SP). Pontes, 1996.

IPANEMA, Cybelle de, IPANEMA, Marcello – **Reverbero Constitucional Fluminense – 1821-1822: texto, estudo hemerográfico e indexação**, Rio de Janeiro (RJ), Edições Biblioteca Nacional, 2005

MARIANI, Bethânia – **Os Primórdios da Imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória)** in Discurso Fundador – A Formação do País e a Construção da Identidade Nacional. Campinas (SP). Pontes, 2003.

_____ - **O PCB e a imprensa – os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989**, Editora Revan, 1998

MEDINA, Cremilda – **Notícia: um produto à venda – Jornalismo na Sociedade Urbana e Industrial**, São Paulo, Editora Summus, 1988



ORLANDI, Eni – **Terra à vista – Discurso do confronto: velho e novo mundo**. São Paulo (SP): Editora Cortez, 1990.

_____. **A Linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas (SP): Pontes, 1987.

_____. **Análise de Discurso – Princípios e Procedimentos**. Campinas (SP) Pontes, 2005.

_____. **Discurso e Texto – Formulação e Circulação dos Sentidos**. Campinas (SP) Pontes, 2001.

_____. **A Noção De “Povo” Que Se Constitui Em Diferentes Discursividades**, in **Sentidos do Povo**, Silva, Soeli Maria S. São Carlos, Ed. Claraluz, 2006.

PÊCHEUX, Michel – **Delimitações Inversões, Deslocamentos**. In: Cadernos de Estudos Lingüísticos. Campinas (SP) (19) julho/dez. 1990

_____. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do obvio**. Campinas (SP), Editora da Unicamp, 1988